



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e de melhorias no Sistema de Iluminação Pública do Município de Salto do Lontra, compreendendo o fornecimento de mão de obra, equipamentos, ferramentas, veículos, materiais e demais insumos necessários à execução dos serviços, em vias, praças, parques, espaços públicos e demais locais integrantes da rede municipal de iluminação pública, com adoção do critério de julgamento pelo maior percentual de desconto incidente sobre os preços constantes da Tabela SINAPI vigente, conforme especificações abaixo:

2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)	TAXA DE DESCONTO (%) MINIMO
1	1	30944	Contratação de empresa especializada para o fornecimento (somente material) de equipamentos e componentes para implantação e manutenção de sistema de iluminação pública do município. O critério de julgamento da proposta será o Maior Desconto (%) , a ser aplicado de forma uniforme sobre o custo unitário dos materiais constantes na tabela de referência do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil).	200.000,00	10,83 %
1	2	30945	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços (somente mão de obra) de implantação, expansão e manutenção do sistema de iluminação pública do município. O critério de julgamento será o Maior Desconto (%) , a ser aplicado uniformemente sobre os preços unitários dos serviços constantes na tabela de referência do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil).	200.000,00	10,83%

2.1. A presente contratação não será destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que o valor estimado dos lotes supera o limite estabelecido no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.1.1. Todavia, serão assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte os demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente aqueles relacionados à regularização fiscal tardia, ao direito de preferência em caso de empate ficto e demais prerrogativas legalmente aplicáveis.



2.2. A contratação possui **natureza continuada**, tendo em vista que os serviços de implantação, expansão e manutenção do sistema de iluminação pública atendem necessidade permanente da Administração Municipal, sendo indispensáveis para garantir a adequada prestação dos serviços públicos, a segurança da população e o funcionamento da infraestrutura urbana.

2.3. A contratação será realizada mediante **Pregão Eletrônico**, com adoção do critério de julgamento pelo **maior percentual de desconto**, incidente sobre os preços constantes da Tabela SINAPI vigente, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

2.3.1. Será estabelecido percentual mínimo de desconto aceitável, apurado mediante pesquisa de mercado realizada pela Administração, não sendo admitidas propostas com percentual inferior ao mínimo definido no Edital.

2.3.2. O percentual de desconto ofertado pela licitante vencedora será aplicado sobre os valores de referência constantes da Tabela SINAPI vigente, observadas as regras de medição e pagamento previstas neste Termo de Referência.

2.3.3. Os materiais e serviços solicitados pela Administração serão definidos, preferencialmente, com base nas composições, insumos e códigos existentes na Tabela SINAPI vigente.

2.3.4. O valor de cada material ou serviço será apurado com base nos preços constantes da Tabela SINAPI vigente, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pela contratada.

2.3.5. Quando determinado material, equipamento, insumo ou serviço não possuir correspondência na Tabela SINAPI, a Administração realizará pesquisa de preços junto ao mercado, podendo utilizar, entre outros meios, o Aplicativo Menor Preço – Nota Paraná, orçamentos locais, orçamentos regionais, bancos de preços oficiais ou outras fontes idôneas admitidas pela legislação vigente.

2.3.6. Nas hipóteses previstas no item anterior, será adotado como valor de referência o menor preço obtido ou, quando tecnicamente justificado, o valor resultante da metodologia de pesquisa definida pela Administração, aplicando-se sobre este o mesmo percentual de desconto ofertado pela contratada no certame.

2.3.7. Quando determinado material, equipamento, insumo ou componente não possuir correspondência na Tabela SINAPI, a Administração realizará pesquisa de preços junto ao



mercado, podendo utilizar orçamentos locais ou regionais, bancos de preços oficiais, Aplicativo Menor Preço – Nota Paraná ou outras fontes admitidas pela legislação vigente.

2.3.8. Após a definição da pesquisa de preços, a Administração indicará, na Ordem de Serviço, Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente, a marca, modelo ou fabricante utilizado como referência para composição do preço de mercado.

2.3.9. A contratada deverá fornecer a marca indicada pela Administração na pesquisa realizada, observando integralmente as especificações técnicas, padrões de qualidade, desempenho, durabilidade, eficiência e compatibilidade exigidos para o sistema de iluminação pública municipal.

2.3.10. A exigência prevista no item anterior decorre da necessidade de padronização dos componentes utilizados na rede de iluminação pública municipal, da compatibilidade técnica com os equipamentos já instalados, da manutenção dos padrões de qualidade adotados pela Administração e da preservação da eficiência operacional do sistema.

2.3.11. Para os materiais, equipamentos ou serviços não constantes da Tabela SINAPI, será adotado como valor de referência o resultado da pesquisa de mercado realizada pela Administração, aplicando-se sobre este o mesmo percentual de desconto ofertado pela contratada no certame.

2.4. O regime de execução será o de empreitada por preços unitários, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que os quantitativos efetivamente executados dependerão das demandas que surgirem durante a vigência contratual.

2.5. A vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogada sucessivamente, observados os requisitos e limites previstos no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.6. A execução dos serviços ocorrerá mediante emissão de Ordens de Serviço pela Administração Municipal, de acordo com as necessidades verificadas durante a vigência contratual.

2.7. A contratada será responsável pelo fornecimento de mão de obra especializada, materiais, equipamentos, ferramentas, veículos, dispositivos de segurança, equipamentos de proteção individual e coletiva e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto.



2.8 Os serviços a serem contratados não se constituem em quaisquer das atividades cuja execução indireta é vedada.

2.9. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como serviço(s) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. A contratada deverá iniciar a execução dos serviços em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço Inicial ou documento equivalente emitido pela Administração Municipal.

4.2. O prazo de execução do objeto será de 12 (doze) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço Inicial, podendo os serviços ser executados durante todo o período contratual, de acordo com as demandas da Administração Municipal.

4.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrados a manutenção da necessidade da contratação, a vantajosidade para a Administração e a existência de disponibilidade orçamentária.

4.4. Durante a vigência contratual, a execução dos serviços ocorrerá mediante emissão de Ordens de Serviço pela Administração Municipal, observados os prazos de atendimento definidos neste Termo de Referência.

5. DA JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação tem por finalidade garantir a adequada implantação, expansão, manutenção preventiva e corretiva do Sistema de Iluminação Pública do Município de Salto



do Lontra, assegurando o pleno funcionamento da infraestrutura instalada em vias públicas, praças, parques, espaços comunitários e demais áreas de uso coletivo.

A iluminação pública constitui serviço essencial à população, contribuindo diretamente para a segurança pública, mobilidade urbana, acessibilidade, desenvolvimento das atividades econômicas e utilização dos espaços públicos no período noturno. A interrupção ou deficiência desse serviço pode ocasionar prejuízos à coletividade, comprometendo a segurança dos munícipes e a adequada prestação dos serviços públicos.

A contratação mostra-se necessária diante da demanda permanente de manutenção da rede de iluminação pública municipal, envolvendo a substituição de luminárias, relés fotoelétricos, braços, conectores, cabos, suportes e demais componentes do sistema, bem como a execução de ampliações, adequações e melhorias necessárias ao atendimento das necessidades da Administração e da população.

A execução do objeto demanda mão de obra especializada, equipamentos específicos, veículos apropriados para trabalhos em altura, ferramentas técnicas e observância das normas de segurança aplicáveis às atividades desenvolvidas, circunstâncias que justificam a contratação de empresa especializada para execução dos serviços.

Considerando que a contratação será executada mediante aplicação de desconto sobre os preços constantes da Tabela SINAPI, não é possível definir previamente os quantitativos exatos de cada material ou serviço que será demandado durante a vigência contratual.

Assim, os valores estimados foram definidos com base no histórico de consumo do Município, na experiência administrativa acumulada na gestão do sistema de iluminação pública, nas demandas recorrentes de manutenção, nas necessidades de expansão da rede e na previsão de atendimento das ocorrências registradas pela população.

Para fins de contratação, foram estimados os seguintes valores máximos:

- Item 01 – Fornecimento de materiais para implantação, expansão e manutenção do sistema de iluminação pública: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- Item 02 – Prestação de serviços de implantação, expansão e manutenção do sistema de iluminação pública: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Os valores acima representam estimativa de consumo para o período contratual e não constituem obrigação de contratação integral pela Administração Municipal.



5.3. Objetivo da Contratação

A contratação tem por objetivo assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços de implantação, expansão, manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública municipal, garantindo maior agilidade no atendimento das demandas, redução do tempo de resposta às ocorrências, melhoria das condições de segurança da população, preservação do patrimônio público e adequada conservação da infraestrutura urbana.

Destaca-se que o Município de Salto do Lontra possui atualmente seu parque de iluminação pública integralmente composto por luminárias com tecnologia LED, resultado dos investimentos realizados pela Administração na modernização do sistema. Tal condição exige a manutenção permanente dos equipamentos instalados, bem como a utilização de materiais compatíveis e mão de obra tecnicamente qualificada para assegurar a eficiência luminosa, a durabilidade dos componentes e a continuidade da prestação do serviço público.

A contratação também visa garantir a reposição dos materiais necessários à manutenção da rede existente, bem como possibilitar futuras ampliações, adequações e melhorias no sistema de iluminação pública, acompanhando o crescimento urbano e as necessidades identificadas pela Administração Municipal.

Busca-se, ainda, obter maior eficiência administrativa e economicidade mediante a utilização da Tabela SINAPI como referência para formação dos preços dos materiais e serviços, permitindo a contratação por meio da oferta de desconto percentual e assegurando maior transparência, controle, competitividade e vantajosidade para a Administração Pública.

Por fim, a contratação pretende assegurar a manutenção dos elevados padrões de qualidade atualmente existentes no sistema de iluminação pública municipal, preservando os investimentos já realizados pelo Município na modernização do parque de iluminação e garantindo melhores condições de segurança, mobilidade e qualidade de vida à população.

5.4. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



7.1. SUSTENTABILIDADE

A contratada deverá observar, durante toda a execução contratual, as normas ambientais vigentes, adotando práticas que promovam a utilização racional de recursos, a redução da geração de resíduos e a adequada destinação dos materiais substituídos ou descartados durante a execução dos serviços.

Considerando que a contratação envolve a manutenção do sistema de iluminação pública e eventual substituição de componentes elétricos e eletrônicos, a contratada deverá promover a coleta, transporte, armazenamento temporário e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, observando as disposições da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), bem como demais normas ambientais aplicáveis.

Os materiais retirados da rede de iluminação pública, tais como luminárias, relés fotoelétricos, cabos, conectores, drivers, módulos LED e demais componentes inservíveis, deverão receber destinação final ambientalmente adequada, observadas as exigências dos órgãos ambientais competentes.

A contratada deverá adotar, sempre que tecnicamente viável, práticas de logística reversa para os produtos e componentes fornecidos no âmbito da contratação, responsabilizando-se pelo encaminhamento dos materiais passíveis de reaproveitamento, reciclagem ou descarte ambientalmente adequado.

Para fins de habilitação e execução contratual, a licitante deverá apresentar declaração de que cumprirá as exigências ambientais aplicáveis ao objeto, comprometendo-se a adotar as medidas necessárias para a correta destinação dos resíduos eventualmente gerados durante a execução dos serviços e fornecimento dos materiais.

Os materiais fornecidos deverão atender às normas técnicas vigentes e, quando aplicável, possuir certificação dos órgãos competentes, contribuindo para a eficiência energética, durabilidade dos equipamentos e redução dos impactos ambientais decorrentes da operação do sistema de iluminação pública.

Considerando que o Município de Salto do Lontra possui parque de iluminação pública integralmente composto por tecnologia LED, a contratação também contribuirá para a manutenção dos ganhos de eficiência energética já alcançados pela Administração Municipal, reduzindo o consumo de energia elétrica e promovendo a sustentabilidade ambiental da infraestrutura urbana.



7.2. SUBCONTRATAÇÃO

7.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7.3. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

7.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

7.4 REQUISITOS DO FORNECEDOR

7.4.1. Conforme definido no Estudo Técnico Preliminar, a contratação exige que a licitante possua capacidade técnica e operacional compatível com a execução dos serviços de implantação, expansão e manutenção do sistema de iluminação pública.

7.4.1.1. A licitante deverá comprovar registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, compatível com o objeto da contratação.

7.4.1.2. A licitante deverá possuir responsável técnico devidamente habilitado junto ao CREA ou CFT, com atribuições compatíveis com os serviços objeto da contratação.

7.4.1.3. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da licitação, envolvendo manutenção, implantação, ampliação ou modernização de sistemas de iluminação pública ou serviços elétricos de características semelhantes.

7.4.1.4. O responsável técnico indicado deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico – CAT ou documento equivalente emitido pelo respectivo conselho profissional, comprovando experiência em serviços compatíveis com o objeto licitado.

7.4.2. A contratada deverá dispor de equipe técnica, veículos, equipamentos, ferramentas, equipamentos de proteção individual – EPI e equipamentos de proteção coletiva – EPC necessários à execução dos serviços, observando as normas técnicas e de segurança do trabalho aplicáveis.

7.4.3. Não haverá necessidade de transição contratual, transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas, uma vez que os serviços serão executados de acordo



com as Ordens de Serviço emitidas pela Administração Municipal e com as especificações constantes deste Termo de Referência.

7.4.4. Considerando a natureza dos serviços, a contratada deverá possuir capacidade operacional para atendimento das demandas dentro do território do Município de Salto do Lontra, responsabilizando-se integralmente pelos deslocamentos de pessoal, transporte de materiais, utilização de veículos, equipamentos e demais custos necessários à execução contratual.

7.4.5. Todas as despesas relativas a deslocamentos, combustível, manutenção de veículos, alimentação, hospedagem, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e demais custos necessários à execução dos serviços serão de exclusiva responsabilidade da contratada, considerando-se inclusos nos preços contratados.

7.4.6. Como condição para assinatura do contrato, o adjudicatário deverá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições de execução do objeto, dos locais de prestação dos serviços, das exigências técnicas, operacionais e de segurança, bem como de todas as informações necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto compreenderá o fornecimento de materiais e a prestação dos serviços de implantação, expansão, manutenção preventiva e corretiva do Sistema de Iluminação Pública do Município de Salto do Lontra, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, veículos, equipamentos, ferramentas, insumos, materiais de consumo, equipamentos de proteção individual – EPI, equipamentos de proteção coletiva – EPC e todos os demais recursos necessários à perfeita execução contratual.

8.1.1. Os serviços serão executados mediante emissão de Ordem de Serviço expedida pela Administração Municipal, contendo a identificação do local, a descrição da intervenção necessária e demais informações pertinentes à execução.

8.1.2. A contratada deverá realizar vistoria prévia sempre que necessária para avaliação das condições de execução, levantamento dos materiais necessários e definição dos procedimentos técnicos adequados.

8.1.3. Os serviços poderão compreender, dentre outros:



- a) substituição de luminárias LED;
- b) substituição de relés fotoelétricos;
- c) substituição de braços de iluminação;
- d) substituição de conectores, cabos, parafusos, ferragens e acessórios;
- e) instalação e substituição de postes quando autorizado pela Administração;
- f) ampliação de rede de iluminação pública;
- g) instalação de novos pontos de iluminação;
- h) adequações e melhorias no sistema existente;
- i) manutenção preventiva e corretiva dos componentes do sistema;
- j) demais serviços correlatos necessários ao perfeito funcionamento da iluminação pública municipal.

8.1.4. Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeiro uso, atender às normas técnicas aplicáveis e possuir qualidade compatível com os equipamentos atualmente instalados no Município.

8.1.5. Considerando que o parque de iluminação pública municipal é integralmente composto por tecnologia LED, os materiais fornecidos deverão ser compatíveis com os padrões técnicos adotados pela Administração Municipal.

8.1.6. A contratada será integralmente responsável pela segurança dos serviços executados, devendo observar as disposições das Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente NR-10, NR-12, NR-18, NR-35 e demais normas de segurança vigentes.

8.1.7. A contratada responderá integralmente por danos causados ao patrimônio público, à rede elétrica, a terceiros ou aos seus próprios empregados em decorrência da execução dos serviços.

8.2. A execução dos serviços deverá ser iniciada em até **05 (cinco) dias úteis** contados do recebimento da Ordem de Serviço Inicial emitida pela Administração Municipal.



8.3. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá manter permanentemente disponíveis os recursos necessários ao atendimento das demandas do Município, incluindo:

8.3.1. Equipe técnica capacitada para execução dos serviços objeto da contratação.

8.3.2. Profissional responsável técnico habilitado perante o CREA ou CFT.

8.3.3. Veículos adequados para transporte de equipes, ferramentas e materiais.

8.3.4. Caminhão equipado com cesto aéreo ou equipamento equivalente sempre que necessário para execução dos serviços em altura.

8.3.5. Ferramentas, instrumentos de medição e equipamentos compatíveis com os serviços contratados.

8.3.6. Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC exigidos pela legislação vigente.

8.3.7. Estoque mínimo operacional de materiais suficientes para garantir a continuidade dos atendimentos e evitar interrupções na execução dos serviços.

8.4. Os materiais e serviços executados serão medidos com base nos quantitativos efetivamente aplicados e executados, observados os valores constantes da Tabela SINAPI vigente na data definida contratualmente e aplicado o percentual de desconto ofertado pela contratada.

8.5. A Administração Municipal poderá rejeitar serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, determinando sua correção, substituição ou refazimento, sem qualquer ônus adicional para o Município.

8.6. A contratada deverá manter registro atualizado das intervenções realizadas, contendo no mínimo a identificação do local atendido, data da execução, materiais empregados, serviços executados e registro fotográfico antes e após a intervenção, sempre que solicitado pela fiscalização.

8.7. Os serviços somente serão considerados recebidos após a conferência e aprovação pela fiscalização do contrato.



9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

9.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no Contratante.

9.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao fiscal do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade tributária perante as Fazendas; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Município.

9.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



9.11 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

9.12 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.14 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações contratadas.

9.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando o contratado houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

9.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos na legislação.

9.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

9.22 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração, assim como instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.



9.23 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não podendo onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e edificações, sendo que inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

9.24 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Regulamentador, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

11. GESTÃO DO CONTRATO

I - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

II - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

III - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

IV - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

V - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

VI - O contratado não está obrigado a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

11.1 DA FISCALIZAÇÃO



11.1.1 O fiscal do contrato será Cleimar Moravski, conforme portaria de nomeação 1009 de 25 de junho de 2025.

11.1.2 O fiscal terá as seguintes atribuições:

- I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- IV - demais funções previstas na regulamentação municipal.

11.1.3 O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto do contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.1.4 O contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal do contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

11.1.5 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis, devem ser aplicadas as sanções ao contratado de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

11.1.6 O fiscal poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

11.1.7 Caso o fiscal do contrato verifique que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº. 14.133, de 2021.

11.1.8 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na



proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.1.9 O fiscal do contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

11.1.10 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

a) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais, verificando sua conformidade com as especificações técnicas, normas aplicáveis, Termo de Referência, proposta apresentada e contrato firmado;

b) conferir as Ordens de Serviço emitidas e verificar o cumprimento dos prazos estabelecidos para atendimento das demandas;

c) verificar a compatibilidade dos materiais fornecidos com os padrões técnicos adotados pelo Município e com os equipamentos instalados na rede de iluminação pública;

d) acompanhar a execução dos serviços em campo, realizando inspeções, vistorias e diligências sempre que julgar necessário;

e) verificar a utilização adequada de equipamentos, ferramentas, veículos, Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC pela contratada;

f) conferir os quantitativos dos materiais efetivamente empregados e dos serviços efetivamente executados para fins de medição e pagamento;

g) exigir a correção, substituição ou refazimento dos serviços executados em desacordo com as especificações técnicas ou com as determinações da fiscalização;

h) verificar o cumprimento das normas de segurança do trabalho e das normas técnicas aplicáveis à execução dos serviços;

i) acompanhar a destinação dos materiais retirados da rede de iluminação pública, quando aplicável, observando as exigências ambientais e de logística reversa previstas contratualmente;

j) registrar em relatório próprio todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual, inclusive atrasos, falhas, irregularidades, não conformidades e medidas corretivas adotadas;



k) atestar as medições e notas fiscais somente após a efetiva comprovação da execução dos serviços e do fornecimento dos materiais correspondentes;

l) solicitar da contratada relatórios, registros fotográficos, documentos técnicos e demais informações necessárias ao acompanhamento da execução contratual;

m) comunicar formalmente à autoridade competente eventual descumprimento contratual para fins de aplicação das penalidades cabíveis;

n) acompanhar os indicadores de desempenho da contratação, especialmente quanto ao tempo de atendimento das ocorrências, qualidade dos serviços executados e reincidência de defeitos nos pontos atendidos;

o) verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência contratual;

p) promover o recebimento provisório e definitivo dos serviços executados, observadas as disposições deste Termo de Referência e da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.1.11. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive perante terceiros, permanecendo a contratada integralmente responsável pelos danos, defeitos, vícios, falhas e irregularidades decorrentes da execução contratual.

11.2. GESTOR DO CONTRATO

11.2.1 O gestor do contrato será Tarcisio da Rosa, conforme portaria de nomeação 1009 de 25 de junho de 2025.

11.2.2. O gestor terá as seguintes atribuições:

- I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III - demais funções previstas na regulamentação municipal.

12. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. DO RECEBIMENTO



12.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.1.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

12.1.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) efetiva execução dos serviços e fornecimento dos materiais constantes das Ordens de Serviço emitidas pela Administração Municipal;
- b) comprovação dos quantitativos efetivamente executados e dos materiais efetivamente aplicados no período de medição;
- c) conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência, Edital, Contrato e normas técnicas aplicáveis;
- d) aprovação dos serviços pela fiscalização contratual, mediante conferência dos locais atendidos e dos materiais empregados;
- e) observância dos prazos de atendimento estabelecidos pela Administração Municipal;
- f) apresentação de relatório de medição contendo, no mínimo, identificação das Ordens de Serviço atendidas, locais de execução, descrição dos serviços realizados, quantitativos executados, materiais empregados, data de execução e demais informações exigidas pela fiscalização;
- g) apresentação de registro fotográfico dos serviços executados, quando solicitado pela fiscalização do contrato;
- h) aplicação do percentual de desconto ofertado pela contratada sobre os preços unitários constantes da Tabela SINAPI vigente, observadas as condições estabelecidas no contrato;



i) inexistência de pendências relativas à correção de serviços rejeitados ou executados em desconformidade com as especificações técnicas;

j) apresentação da Nota Fiscal acompanhada dos documentos exigidos para liquidação da despesa, inclusive comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando exigível;

k) conferência e atesto da medição pelo fiscal e gestor do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.1.3. Não serão objeto de medição e pagamento os serviços executados em desacordo com as especificações contratuais, os materiais rejeitados pela fiscalização ou quaisquer atividades não previamente autorizadas pela Administração Municipal.

12.1.4. O pagamento será realizado exclusivamente sobre os quantitativos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, não gerando à contratada qualquer direito à percepção dos valores estimados para a contratação.

12.1.3 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O serviço será recebido provisoriamente no prazo de 05 dias, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

12.1.4 DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

Os serviços serão recebidos definitivamente pelo gestor do contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do Decreto Regulamentador.

12.1.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser adequado no prazo de 05 dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.1.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata.



12.2. LIQUIDAÇÃO

12.2.1. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Salto do Lontra constando número da licitação, e descrição dos serviços prestados.

12.2.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, observadas as disposições do Termo de Referência, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Decreto Regulamentador.

12.2.3. Nenhuma liquidação será efetuada sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no serviço efetuado ou no cumprimento de obrigações contratuais.

12.2.4. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gerando compensação financeira.

12.2.5. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da nota apresentada.

12.3. FORMA DE PAGAMENTO

12.3.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da liquidação.

12.3.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação do índice de correção monetária IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), ou outro que vier a substituí-lo.

12.3.3. A Contratante realizará as todas as retenções tributárias a que for obrigada, inclusive retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

12.3.4. Será aplicada a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.



12.3.5. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informados nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

12.3.6. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

13.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, adotando-se o critério de julgamento pelo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, incidente sobre os preços referenciais constantes da Tabela SINAPI, observada a adjudicação global do objeto.

13.1.2. Para fins de organização administrativa, orçamento e medição contratual, o objeto encontra-se estruturado em dois itens de referência, correspondentes ao fornecimento de materiais e à execução dos serviços, ambos vinculados ao sistema de iluminação pública municipal.

13.1.3. A proposta deverá contemplar os descontos aplicáveis aos materiais e aos serviços abrangidos pela contratação, sendo vedada a adjudicação parcial do objeto.

13.1.4. A adjudicação será realizada de forma integral, sendo declarada vencedora a licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração, observadas as regras de julgamento estabelecidas no Edital.

13.1.5. A adoção da adjudicação integral decorre da interdependência operacional existente entre o fornecimento dos materiais e a execução dos serviços, visando assegurar maior eficiência na gestão contratual, definição clara das responsabilidades, padronização dos procedimentos executivos e maior agilidade no atendimento das demandas relacionadas ao sistema de iluminação pública municipal.

13.1.2. O modo de disputa será aberto e fechado.

13.2. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS



13.2.1. Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de implantação, expansão, manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do Município de Salto do Lontra, bem como o fornecimento dos materiais necessários à sua execução, de forma **continuada e sob demanda**, mediante emissão de Ordens de Serviço pela Administração Municipal, observadas as condições, especificações e quantitativos efetivamente necessários durante a vigência contratual.

13.2.2. Os serviços e materiais serão remunerados com base nos preços unitários constantes da Tabela SINAPI vigente, aplicando-se o percentual de desconto ofertado pela contratada, incidindo o pagamento exclusivamente sobre os quantitativos efetivamente executados e aceitos pela fiscalização.

13.2.3. A presente contratação não gera obrigação de consumo integral dos valores estimados pela Administração, constituindo estes mera estimativa para fins de planejamento, orçamento e definição do procedimento licitatório.

13.2.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Município, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13.2.3 Os serviços deverão ser prestados na forma prevista neste Termo de Referência.

13.3. EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO

13.3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais contidas no edital.

13.3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor são as usuais contidas no edital.

13.3.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

13.3.3.1. Registro da Empresa

A licitante deverá apresentar comprovante de registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, mediante certidão de registro válida e compatível com o objeto da contratação.



13.3.3.1.1. Em se tratando de empresa não registrada no Estado do Paraná, deverá ser apresentada a certidão de registro expedida pelo conselho profissional da unidade federativa de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a providenciar o respectivo visto perante o CREA/PR ou CFT competente antes da assinatura do contrato, quando exigido pela legislação profissional aplicável.

13.3.3.2. Capacidade Técnico-Operacional

A licitante deverá apresentar atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, em nome da empresa licitante, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

13.3.3.2.1. Para fins de comprovação da capacidade operacional, serão aceitos atestados que demonstrem a execução de serviços envolvendo, no mínimo:

- a) manutenção de sistema de iluminação pública;
- b) implantação, ampliação, modernização ou operação de sistema de iluminação pública;
- c) instalação, substituição ou manutenção de luminárias para iluminação pública com tecnologia LED.

13.3.3.3. Responsável Técnico

A licitante deverá indicar responsável técnico pela execução dos serviços, mediante declaração formal assinada pelo representante legal.

13.3.3.3.1. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma licitante participante deste certame.

13.3.3.4. Registro do Responsável Técnico

O responsável técnico indicado deverá possuir registro regular junto ao CREA ou CFT, compatível com as atribuições necessárias à execução do objeto.

13.3.3.5. Comprovação do Vínculo Profissional

A comprovação da disponibilidade do responsável técnico poderá ser realizada mediante:



- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- b) ficha de registro de empregado;
- c) contrato de prestação de serviços;
- d) certidão emitida pelo conselho profissional competente;
- e) contrato social, quando se tratar de sócio;
- f) ata de eleição ou documento equivalente, quando se tratar de dirigente da empresa.

13.3.3.6. Capacidade Técnico-Profissional

A licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico – CAT, acompanhada do respectivo atestado técnico, emitida pelo CREA ou CFT, em nome do responsável técnico indicado, comprovando experiência na execução de serviços de características semelhantes ao objeto licitado.

13.3.3.6.1. A comprovação deverá demonstrar experiência em pelo menos uma das seguintes atividades:

- a) operação, manutenção, implantação ou ampliação de sistemas de iluminação pública;
- b) instalação, substituição ou modernização de luminárias com tecnologia LED.

13.3.3.7. Equipe Operacional Mínima

A licitante deverá comprovar a disponibilidade de, no mínimo, 03 (três) profissionais aptos à execução de serviços em sistemas de iluminação pública e redes elétricas de baixa tensão.

13.3.3.7.1. Os profissionais referidos no item anterior deverão possuir treinamento válido em:

- a) NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- b) NR-35 – Trabalho em Altura;
- c) Operação de Cesto Aéreo ou equipamento equivalente utilizado em atividades próximas a redes de distribuição de energia elétrica.



13.3.3.7.2. A comprovação da disponibilidade dos profissionais poderá ser realizada mediante carteira de trabalho, ficha de registro de empregado, contrato de prestação de serviços ou documentação societária, quando aplicável.

13.3.3.8. Operador de Equipamento

A licitante deverá comprovar a disponibilidade de, no mínimo, 01 (um) profissional habilitado para operação de caminhão guindaste tipo Munck ou equipamento equivalente, mediante apresentação de certificado de capacitação compatível.

13.3.3.8.1. A comprovação da disponibilidade poderá ocorrer mediante carteira de trabalho, ficha de registro, contrato de prestação de serviços ou documentação societária, quando aplicável.

13.3.3.9. Disponibilidade de Veículos e Equipamentos

A licitante deverá apresentar declaração formal de disponibilidade dos veículos, equipamentos, ferramentas e recursos operacionais necessários à execução dos serviços, comprometendo-se a disponibilizá-los integralmente quando do início da execução contratual.

13.3.3.9.1. A estrutura operacional deverá contemplar, no mínimo:

- a) 01 (um) caminhão equipado com cesto aéreo ou equipamento equivalente adequado à execução de serviços de manutenção de iluminação pública;
- b) 01 (um) veículo utilitário destinado ao transporte de equipes, materiais e ferramentas;
- c) ferramentas, instrumentos de medição, equipamentos operacionais e equipamentos de proteção individual e coletiva compatíveis com a execução dos serviços.

13.3.3.10. Gestão Ambiental dos Resíduos

A licitante deverá apresentar declaração de que promoverá a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução contratual, observando as disposições da Lei Federal nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

13.3.3.10.1. A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, comprovantes de destinação final emitidos por empresa devidamente licenciada pelos



órgãos ambientais competentes, especialmente em relação a luminárias, relés, componentes elétricos, eletrônicos e demais materiais retirados do sistema de iluminação pública.

14. ESTIMATIVA DE PREÇO

14.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima

15. DAS ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5. As alterações de que tratam o item anterior deverão atender a todos os requisitos constantes nos artigos 124 ao 136 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

15.6. As alterações dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão responsável promover as respectivas modificações que se fizerem necessárias.

15.7. As alterações dependem de pedido do Contratado, que deve ser protocolado junto ao Fiscal.

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da proposta apresentada.



16.2. Após o decurso de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o decurso mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

16.7. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ORGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUBFUN.	PROGRAMA	PROJ	CATEG	DESPESA	FONTE
02	0205	15	452	9	10	339030260000	2884	5507
02	0205	15	452	9	10	339039200000	2885	5507

18. APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

18.1 O servidor que subscreve este Termo de Referência atesta que observou integralmente a regulamentação estabelecida pelo decreto regulamentador e as orientações constantes da minuta padronizada aprovada.

Salto do Lontra/PR 18 de junho de 2026

Tarcisio da Rosa

Secretário Municipal de Administração Planejamento e Finanças

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná